



PORTARIA Nº 27, DE 23 DE ABRIL DE 2015

A CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, Desa. **Regina Ferrari**, no uso de suas atribuições previstas no art. 54, inciso VIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre,

CONSIDERANDO suspensão do Provimento nº 04/2011, que trata do rol de atos ordinatórios praticados pelas secretarias das varas judiciais;

CONSIDERANDO a desatualização da Consolidação das Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, no que tange ao fluxo de procedimentos das varas judiciais, promulgada pelo Provimento nº 03/2007;

CONSIDERANDO que a virtualização dos processos judiciais, a evolução científico-tecnológica e as modificações das normas legislativas exigem o aprimoramento das regras que disciplinam as rotinas de trabalhos das secretarias judiciais, com vista a garantir maior celeridade e eficiência, Art. 1º. Instituir Comissão Temática (área fazenda pública), composta pelos Juízes de Direito Anastácio Lima de Menezes Filho, Zenair Ferreira Bueno, Fábio Alexandre Costa de Farias, bem ainda pelos Diretores de Secretaria da 1ª, 2ª e 3ª Varas da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco, com a função de elaborar minuta dos procedimentos cartorários e metodológicos, contemplando, inclusive, os atos processuais a serem praticados pelo Diretor de Secretaria ou servidores autorizados, independentemente de deliberação judicial, para atualização e aprimoramento da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça, objeto do Provimento nº 03/2007.

R E S O L V E:

Art. 1º. Instituir Comissão Temática (área fazenda pública), composta pelos Juízes de Direito Anastácio Lima de Menezes Filho, Zenair Ferreira Bueno, Fábio Alexandre Costa de Farias, bem ainda pelos Diretores de Secretaria da 1ª, 2ª e 3ª Varas da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco, com a função de elaborar minuta dos procedimentos cartorários e metodológicos, contemplando, inclusive, os atos processuais a serem praticados pelo Diretor



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Corregedoria Geral da Justiça

de Secretaria ou servidores autorizados, independentemente de deliberação judicial, para atualização e aprimoramento da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça, objeto do Provimento nº 03/2007.

Art. 2º. A Presidência da comissão será exercida pelo Juiz de Direito Anastácio Lima de Menezes Filho.

Art. 3º. As reuniões do grupo de trabalho ocorrerão periodicamente nas datas e local a serem agendados pelo Presidente da Comissão.

Art. 4º. O prazo para conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, contados da publicação deste ato, podendo ser prorrogado, se necessário, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 5º. Determinar a expedição de ofício circular a todos os Juízes de Direito deste Estado, solicitando a prestimosa colaboração no sentido de remeter sugestões sobre o tema tratado para o correio eletrônico – coger@tjac.jus.br – as quais serão encaminhadas à referida Comissão.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Desembargadora **Regina Ferrari**
Corregedora-Geral da Justiça